



A importância das exportações para o desenvolvimento local da fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e do Extremo-Oeste de Santa Catarina

por Luis Zucatto, Marcos Ferasso e Mário Evangelista

RESUMO: Este estudo teve como objetivo caracterizar as exportações do Noroeste gaúcho e extremo-oeste catarinense, investigando qual é sua importância para o desenvolvimento local. Apoiado na análise de conteúdo da documentação temática, o estudo revelou que os exportadores locais não figuram entre os principais exportadores catarinenses, porém no caso gaúcho duas empresas se evidenciam. As principais exportações locais concentram-se no setor moveleiro (43,53% do total). No Noroeste gaúcho, o agronegócio é preponderante, principalmente no setor «antes da porteira» com uma indústria metal-mecânica muito forte, representando 62,89% da economia regional, seguida pela agroindústria de extração de óleo vegetal com 13,95%.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Agronegócio, Políticas de Exportação

TITLE: The importance of exportation for local development of the Northeast frontier of Rio Grande do Sul and far West of Santa Catarina

ABSTRACT: The aim of this study was to characterize exports of the Northeast of Rio Grande do Sul and far West of Santa Catarina, and investigate their importance for local development. Based on analysis of the thematic documentation content, the study revealed that local exporters do not appear among main exporters of Santa Catarina, but as for Rio Grande do Sul two companies show up. Main local exports are concentrated in the furniture sector (43.53% of total). In the Northeast of Rio Grande do Sul, agribusiness is prevailing, mainly in the sector of production within the farm boundaries, with a very strong metal-mechanic industry which accounts for 62.89% of regional economy, followed by agroindustry of vegetal oil extraction which represents 13.95%.

Key words: Local Development, Agribusiness, Exportation Policies

TITULO: La importancia de las exportaciones para el desarrollo local de la frontera noroeste Del Rio Grande do Sul y Extremo Oeste de Santa Catarina

RESUMEN: Este estudio tuvo como objetivo identificar las exportaciones del noroeste „Gaucho” y oeste de Santa Catarina, investigando su importancia para el desarrollo local. Apoyado por el análisis de contenido de la documentación temática, el estudio reveló que los exportadores locales no se encuentran entre los principales exportadores de Santa Catarina, pero si dos empresas se destacan. Las principales exportaciones se concentran



en el sector del mueble local (43,53% del total). En el Noroeste gaúcho la agroindustria es preponderante, especialmente en el sector “antes de la puerta” con una industria metal-mecánica muy fuerte, que representa el 62,89% de la economía regional, seguido por la agroindustria de extracción de aceite vegetal con un 13,95%.

Palabras-clave: Desarrollo Local, Agroindustria, Políticas de Exportación

As regiões fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Extremo-Oeste do Estado de Santa Catarina, sofreram com o êxodo populacional. Empiricamente, as pessoas atribuíam como fator principal a falta de oportunidades – emprego, nessas regiões. De forma geral, as regiões são conhecidas por terem seu desenvolvimento econômico diretamente relacionado ao setor primário, porém, percebe-se que grande parte do contingente de empregados está sob responsabilidade dos setores de serviços, indústria e comércio, respectivamente.

Segundo Sperotto (2003), a teoria da base exportadora (de Douglas North) tem sido fundamental para explicar o dinamismo das regiões nas suas primeiras fases de desenvolvimento. Assim, parte-se da premissa de que o desen-

volvimento de uma região passa também pela exportação dos produtos locais, seja esta para outras regiões ou outros países, pois aumentam o faturamento das empresas exportadoras, internalizando recursos na região. De outro lado, segundo a perspectiva da Organização Internacional do Trabalho em relação ao seu conceito de desenvolvimento local, assim como da CEPAL (2006), ocorre propriamente um desenvolvimento quando se diminuem as desigualdades, principalmente pela distribuição eqüitativa da renda. Neste caso, empresas exportadoras podem concentrar ainda mais o capital de uma região, promovendo um distanciamento ainda maior entre os limites de desigualdades nessa região.

Partindo-se deste enunciado, e considerando a cultura exportadora do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, emerge a

Luis Carlos Zucatto

luiszucatto@setrem.com.br

Professor na Faculdade SETREM, Brasil. Licenciado em Administração e especialista em logística e gestão de custos pelo SETREM, Brasil. Pós-graduação em Administração pela UFRGS, Brasil.

Professor at the SETREM Faculty, Brazil. Bachelor in Management and Specialist in Logistics and Costs Management earned from SETREM, Brazil. Master's degree in Management earned from UFRGS, Brazil.

Profesor de la Facultad SETREM, Brasil. Licenciatura en Administración y experto en logística y gestión de costes por el SETREM, Brasil. Postgrado en Administración de Empresas por UFRGS, Brasil.

Marcos Ferasso

admmarcos@admmarcos.adm.br

Professor na Universidade Federal de Piauí, Brasil. Licenciado em Administração e especialista em administração de empresas pela UNOESC, Brasil. Especialista internacional em desenvolvimento local pela Organização Internacional do Trabalho, Nações Unidas, Itália. Pós-graduação em Gestão pela UFRGS, Brasil.

Professor at the Federal University of Piaui, Brazil. Bachelor in Management and Specialist in Business Management earned from UNOESC, Brazil. International Specialist in Local development earned from International Labor Organization – United Nations – Italy. Master's degree in Management earned from UFRGS, Brazil.

Profesor de la Universidad Federal de Piauí, Brasil. Licenciatura en Administración de Empresas y experto en administración de empresas de UNOESC, Brasil. Experto internacional en el desarrollo local por la Organización Internacional del Trabajo, Naciones Unidas, Italia. Postgrado en gestión de la UFRGS, Brasil.

Mário Luiz Santos Evangelista

mario.evangelista@terra.com.br

Professor da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Licenciado em Engenharia Agronômica pela UPF, Brasil. Pós-graduação em Engenharia da Produção pela UFPB, Brasil. Doutorado em Engenharia da Produção pela UFSC, Brasil.

Professor at the Federal University of Santa Maria, Brazil. Bachelor in Agronomics Engineering earned from UPF, Brazil. Master's degree in Engineering of Production earned from UFPB, Brazil. Doctorate's degree in Engineering of Production earned from UFSC, Brazil.

Profesor de la Universidad Federal de Santa María, Brasil. Licenciado en Ingeniería agrícola por la UPF, Brasil. Postgrado en Ingeniería de Producción por la UFPB, Brasil. Doctorado en Ingeniería de Producción por la UFSC, Brasil.

Nota: Este artigo recebeu Menção Honrosa no SIMPOI 2008, FGV-EAESP, Brasil.

Recebido em Novembro de 2009 e aceite em Março de 2010.
Received in November 2009 and accepted in March 2010.

seguinte indagação: como se caracterizam as exportações da fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e do Extremo-Oeste de Santa Catarina, e qual é sua importância para o desenvolvimento local destas regiões?

Como objetivo geral, buscou-se investigar quais as características das exportações das regiões fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e Extremo-Oeste de Santa Catarina, e qual é sua importância para o desenvolvimento regional. Para alcançar tal objetivo, considera-se necessário:

- caracterizar as exportações gaúchas e catarinenses, identificando a participação das empresas locais;
- identificar as atividades econômicas locais em exportação;
- investigar principais países de destino das exportações;
- levantar a contribuição das exportações para o desenvolvimento local das regiões; e
- identificar possíveis influências do fator região de fronteira nas exportações.

Referencial teórico

• Desenvolvimento local

No discurso sobre desenvolvimento local, como estratégia para superação de limitações, estão entrelaçadas circunstâncias locais e globais (Goulart *et al.*, 2005). No entender de Oliveira (2001, p. 13), desenvolvimento local é abordado como polissistêmico, pois «[...] comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos, está fadada ao fracasso».

O desenvolvimento local, sob enfoque econômico, engloba o desenvolvimento, os mecanismos que favorecem os processos deste desenvolvimento e as formas eficazes de atuação dos atores econômicos, sociais e políticos (Zapata *et al.*, 2005). Para Barquero (1999), o desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades dispõem de recursos e economias de escala não exploradas, tornando-se o potencial de desenvolvimento deste território.

O desenvolvimento endógeno, no entanto, pode ser compreendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, da capacidade de absorção da região. Deste processo resulta a ampliação de empregos, produto e renda do local, em um modelo de desenvolvimento regional definido (Martinelli e Joyal, 2004).

O desenvolvimento endógeno, no entanto, pode ser compreendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, da capacidade de absorção da região. Deste processo resulta a ampliação de empregos, produto e renda do local, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

O desenvolvimento de uma região é resultante da convergência de elementos diversos que impulsionam a atividade econômica como motor deste desenvolvimento. Neste sentido, o empreendedorismo tem papel fundamental no dinamismo econômico local, pois os empreendedores são responsáveis pela eliminação de barreiras comerciais e culturais, pela diminuição de distâncias e pela globalização e renovação dos conceitos econômicos locais, pela criação de novas relações de trabalho e novos empregos, gerando riqueza para a sociedade (Dornelas, 2001).

Para Sachs (2002[a]), o desenvolvimento sustentável se embasa na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. O conceito de desenvolvimento sustentável associa três objetivos: eficácia econômica, equidade social e proteção ambiental. A execução de uma política durável do desenvolvimento visa a integração das esferas social, econômica e ambiental (Brunet, 2005). Há também a necessidade de uma reflexão sobre as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável para garantir o desenvolvimento local (Benitez, 2000).

O modelo americano de desenvolvimento baseado nas grandes indústrias da revolução industrial contribuiu ao surgimento da era moderna, trazendo, porém, desafios de ordem econômica, pois este crescimento não considerava o bem-estar social (Wren, 1994; Beduschi Filho e Abramovay, 2004; Dowbor, 2003).

Assim, ao se reportar à dinâmica territorial do desenvolvimento contemporâneo, Dallabrida *et al.* (2007, *apud* Becker, 2001), afirmam que esse contexto apresenta três esferas: a primeira, de ação econômica de uma competição globalizada, envolvendo o processo de financiamento da riqueza e a tecnologia; a segunda, com o processo de transformação sócio-ambiental; e a terceira, com o processo de transfor-



mação política, econômica e social de desenvolvimento, gerando condições para o espaço de mediação entre eles.

De outra parte, a globalização reforça a necessidade e importância do desenvolvimento local, uma vez que cria a necessidade de formação de identidades e de diferenciação entre regiões, para que possam enfrentar um mundo em competição. Assim, buscar estratégias que tornem comunidades, regiões e países competitivos em um contexto globalizado é uma perspectiva econômica (Martinelli e Joyal, 2004).

• O desenvolvimento local e a exportação

Conforme North (1977), a partir da região, a demanda por um artigo de exportação era um fator exógeno (fora da região). As regiões buscavam reduzir custos para promover seu bem-estar econômico, melhorando a posição competitiva destes produtos. O propósito desse esforço é melhor capacitar a região para competir com outras regiões ou países estrangeiros. Ainda de acordo com o autor, a base de exportação desempenha um importante papel na determinação do nível de renda absoluta e *per capita* de uma região. Dessa forma, à medida que a base exportadora se fortalece, há reinvestimentos para expansão das atividades, o que possibilita que a população, renda e poupanças locais cresçam.

Para desenvolver a economia local, as pequenas e micro empresas deveriam tornar-se jogadoras mais ativas no contexto da globalização, inserindo-se em um contexto de formação de redes voltadas à difusão do conhecimento e com políticas de apoio à tecnologia e exportação. Conforme Sen (2000), os mercados possuem um papel importante no processo de desenvolvimento.

A liberdade para entrar em mercados pode ser uma contribuição para o desenvolvimento. Para Smith (1983, *apud* Paiva, 2004), o interior de um país pode não ter nenhum outro mercado para a maior parte das mercadorias produzidas, a não ser a região circunjacente. A partir deste enunciado, Paiva (2004) relata que a transformação da tensa relação tamanho do mercado *versus* divisão do trabalho de retardatária para promotora de desenvolvimento, só é possível através da solução exportadora.

Nos países latino-americanos, a política de inovação em-

A transformação da tensa relação tamanho do mercado «versus» divisão do trabalho de retardatária para promotora de desenvolvimento, só é possível através da solução exportadora.

presarial limita-se às pequenas e micro empresas que conseguem exportar ou que se integram em elos dinâmicos internacionais. Daí os limitados resultados de difusão para o resto do tecido das pequenas e micro empresas, onde se corre o risco de se orientar para segmentos de empresas que têm mais oportunidades de acessar os serviços e desamparando outras (Llorens, 2001).

Uma alternativa para fortalecer micro e pequenas empresas é o consórcio de exportação, para promoção e facilitação de alianças, aproximando conjuntos de empresas, desenvolvendo uma rede de relacionamento entre empresas do território e instituições locais (Casarotto Filho e Pires, 1998). Há ainda os sistemas locais de produção (SPL), onde as empresas se agrupam em rede em uma região, estruturadas em torno de uma mesma atividade ou de algumas especialidades, cooperando entre si em vários níveis para alcançar a competitividade internacional (Martinelli e Joyal, 2004; Dowbor, 2006).

Acerca das políticas de relações exteriores, o Brasil, sob os efeitos da crise do petróleo (anos 1980 e 1990), abandona seus interesses pelos países africanos e revê sua agenda externa buscando parcerias na América do Sul que, de fato, apresentam alguns elementos facilitadores para suas relações político-comerciais (distâncias, complementaridade de produção e identidade cultural).

De acordo com Souza (1999), o modelo de desenvolvimento ideal é aquele que se fundamenta na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições seletivas de importações, proporcionando transferência de tecnologia e diversificando interdependências entre as atividades econômicas.

No que tange aos aspectos de desenvolvimento local e características de exportação, observa-se que algumas determinadas regiões apresentam determinadas semelhanças, quanto a sua formação econômica, destacando-se nesse caso a comparação entre o Oeste catarinense e a fronteira Noroeste gaúcha. Nesse sentido, Brum (2007) afirma que o

O modelo de desenvolvimento ideal é aquele que se fundamenta na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições seletivas de importações, proporcionando transferência de tecnologia e diversificando interdependências entre as atividades econômicas.

agronegócio brasileiro representa 27% do PIB nacional e 40% das exportações do país e que algumas regiões brasileiras, como é o caso do Noroeste gaúcho, que possui no agronegócio o ponto convergente de sua matriz de geração de renda.

Nos estudos de Lauschner (1993) e Batalha (2001), surge o conceito de agronegócio ou *agribusiness* introduzido por Davis e Goldberg (1957), que definem o complexo rural como operações pertinentes às atividades de produção e distribuição de insumos rurais, de exploração rural, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos, de forma que estes fatores estão diretamente inter-relacionados em forma de cadeia produtiva. Por sua vez, Neves (1991) informa que a montante e a jusante da agricultura surgem os agentes econômicos que introduzem, substituem ou complementam a auto-suficiência da unidade produtora, que alguns autores conceituam como *agribusiness*.

Montoya (2002) entende que o termo agronegócio foi oficializado no Brasil na década de 1990, como tradução de *agribusiness*, que até então sofria uma série de conotações econômicas, dependendo do uso que lhe era dado. Entre as inúmeras traduções e derivações, variava desde sistema agroindustrial, complexo agroindustrial, negócios agrícolas e alimentares, complexo rural e agroindustrial, além de economia da alimentação, complexo agrário e complexo agrícola.

Ainda para Montoya (2002), o *agribusiness* é conceituado como a soma total de todas as operações que envolvam a produção, a distribuição de suprimentos agrícolas, as operações nas unidades agrícolas, além do armazenamento, processamento e distribuição dos bens produzidos. Quanto ao conceito específico de agroindústria, Lauschner (1993) a define, em sentido amplo, como a unidade que transforma o produto agropecuário oriundo da atividade primária na-

tural ou manufaturada para utilização intermediária ou final. Analisando por esse ângulo, uma indústria moveleira é considerada uma agroindústria, assim como uma indústria calçadista, um frigorífico, um moinho, uma padaria, enfim, todas as atividades que envolvam produtos originários da atividade agrícola e pecuária.

Já para Coelho (2004), a agricultura deve ser entendida como o centro dinâmico de uma série de atividades econômicas, além da produção agrícola propriamente dita, mas também o fornecimento de insumos e suas ligações para trás (*backward linkages*), além do seu relacionamento com a agroindústria, dando suporte ao fluxo para frente (*forward linkages*). No site <http://www.agronline.com.br>, pesquisado em 2004, consta que a agroindústria tem fortes impactos para trás e principalmente para frente. Cada R\$ 1,00 produzidos pela agropecuária resulta em R\$ 5,60, gerados em atividades que estão depois da fazenda (agroindústria, transporte, comercialização) e mais de R\$ 0,60 sobre atividades antes da fazenda (máquinas, fertilizantes e insumos). Os setores agroindustriais apresentam mais impacto sobre atividade para trás, como a própria agricultura. Para efeitos comparativos, depois da agropecuária, o setor que tem mais impacto para frente é o refino de petróleo com R\$ 3,71.

No que tange ao aspecto do agronegócio no Brasil, segundo Glat (2004), é hoje o maior empreendimento do Brasil e o país marcha para ser a maior potência agrícola do Planeta. O país é o maior produtor e exportador mundial de suco de laranja, café, açúcar, tabaco, álcool, carne bovina e couro. Também é o maior exportador mundial de soja e carne de frango, sendo o segundo maior produtor de soja e o terceiro de milho e frango. O Brasil tem alta competitividade na suinocultura e celulose. O algodão mecanizado no Centro Oeste e as frutas irrigadas no Centro Árido não param de crescer. Hoje o mundo inteiro reconhece o Brasil como o país da agropecuária. Batalha (2001) afirma que a necessária vinculação da produção agroindustrial à oferta de produtos agrícolas subordina essa atividade às restrições existentes à produção agrícola ditadas pela natureza, às condições climáticas e ao período de maturação dos investimentos.

Glat (2004) esclarece ainda que o agronegócio brasileiro



movimenta um terço do produto interno bruto (PIB), ou seja, aproximadamente R\$ 450 bilhões [mil milhões, na designação europeia], gerando 37% dos empregos e respondendo por 44% das exportações brasileiras, rendendo em torno de US\$ 30 bilhões ao ano. Em 2003, enquanto o PIB do país teve leve retração, o produto gerado pelo agronegócio cresceu mais de 6,5%. Esse crescimento do agronegócio se deve muito à pesquisa, em especial a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e outros órgãos geradores de novas tecnologias, que passaram a ser adotadas rapidamente por empresas e produtores de ponta. Nos últimos 13 anos, a área plantada com grãos no Brasil aumentou 25%, mas a produção cresceu 125%. Por exemplo, o plantio direto cobre hoje boa parte das regiões Sul e Centro Oeste, conferindo ao país o *status* de detentor do maior *know-how* técnico no assunto.

A busca de algumas formas de otimização de atuação integrada do setor do agronegócio remete a estudos de Sengeberger e Pyke (1992 *apud* Galvão, 2004), onde citam como exemplos os modelos das regiões Norte e Nordeste da Itália, como os casos da Emilia-Romagna, Veneto, Toscana e Piemonte, que são originários de uma reestruturação de tendências da globalização e quebra de paradigmas tecnológicos. Por isso, Pinto (2007) argumenta que o produtor rural não deve ser visto apenas como um fornecedor de matéria-prima não interligado com os demais setores da transformação, afirmando ainda que o agronegócio deve passar a ser encarado como uma atividade que agrega valor na relação benefícios/custo, desde a pesquisa, insumos, tecnologia de produção, transporte, processamento, distribuição e preço na cadeia de valor.

• Vantagens competitivas do território

A capacidade das empresas alcançarem vantagens competitivas em cenários internacionais tem grande significado, por que são compelidas a competir para obter e manter tais vantagens. Porter (1989) afirma haver uma intensa procura pela busca da competitividade por meio da exploração de benefícios advindos de um território, onde empresas ou indústrias, citadas em seus exemplos, buscam avaliar para se localizar.

A industrialização difusa, *clusters*, pequenas empresas,

ocupam no desenvolvimento dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul um lugar de destaque. No momento em que se buscam modelos de desenvolvimento territorial que valorizem recursos de cada região, as pequenas e médias empresas possuem maior capacidade de entrar e sair rapidamente de um mercado (Sachs, 2001).

À medida que os negócios foram adquirindo características complexas e a cadeia de valor (para frente e para trás) foi se expandindo, as competências centrais dessas pequenas empresas se mostraram insuficientes para se manterem competitivas (Casarotto Filho e Pires, 2001). O Brasil estava, em 2005, entre as nações onde mais se criavam negócios. O país registrou uma taxa de empreendedores iniciais de 11,3%, situando-se na sétima colocação entre os participantes do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2005). Observa-se pequenas e micro empresas que cooperam, inovam e aprendem pela interação entre si e com outros, ampliando a competitividade de forma dinâmica e sustentada.

As principais preocupações sobre o tema estão expressas em termos como: sinergia, economia de aglomeração, sistemas locais de inovação e eficiência coletiva. Casarotto Filho e Pires (2001) afirmam que «romanticamente diz-se que organizações de um mesmo segmento numa mesma região não são concorrentes, mas devem colaborar entre si». As oportunidades de negócio surgem do inter-relacionamento ou de redes inter-organizacionais. Nesse aspecto dinâmico de cooperação entre empresas e instituições, operando em cadeia produtiva, busca-se a eficiência coletiva. A união de organizações em redes é uma alternativa capaz de alcançar melhores resultados, sendo que sua gestão implica a utilização de alguns instrumentos complexos e uma nova visão a respeito de competição e cooperação.

Amato Neto (2000) afirma que o sistema de cooperação é composto geralmente de pequenas unidades independentes, organizadas em um local ou região, especializando-se numa fase do processo produtivo, por meio de relacionamentos de competição e cooperação. As principais razões que induzem as unidades a adotarem estratégias de cooperação com formação de redes ou arranjos produtivos são: maior penetração em novos mercados; competição mediante maior tecnologia; pesquisa ou desenvolvimento; ino-

vação e lançamento de novos produtos; aumento do poder de competitividade em seus setores; diminuição de custos e rompimento de barreiras. A política de redes de cooperação caracteriza os pólos, ou seja, o agrupamento de várias unidades atuando no mesmo setor ou em setores sinérgicos, trazendo oportunidades para a comunidade. É imprescindível iniciar um processo de conscientização sobre a importância do trabalho cooperativo da rede, uma vez que muitos produtores e empreendedores persistem no paradigma de competição.

Para Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), a preservação do meio ambiente nos dias de hoje é considerada uma das prioridades de qualquer organização para obter um desenvolvimento sustentável. Além de que Markus Brose (*apud* Etges, 2001) argumenta que a agricultura, a agroindústria e o agronegócio continuam sendo elementos importantes para o desenvolvimento rural, servindo como estímulo à redução da pobreza. O fomento à agricultura familiar permite definir quatro áreas prioritárias, como a segurança alimentar na propriedade, a segurança alimentar do município, a agroecologia e a exportação do excedente.

• Teoria da base exportadora

Segundo Sperotto (2003), a teoria da base exportadora tem sido fundamental para explicar o dinamismo das regiões nas suas primeiras fases de desenvolvimento; porém, em fases mais adiantadas de desenvolvimento regional, a teoria da base econômica torna-se mais adequada por incluir, além das exportações, todo um afluxo externo de renda. Conforme Souza (2002), muitas regiões crescem em torno de uma base econômica de exportação, como fumo, soja, café dentre outros, mas percebe-se que muitas dessas regiões entram em declínio, se elas não forem capazes de diversificar a sua estrutura produtiva a partir dessa base econômica.

O grande problema é que, através da análise da teoria de Perroux (*apud* Souza, 1980), se constata ser possível desconcentrar o crescimento industrial somente se o investimento for focado em alguns pontos do espaço, o que implicaria em uma política de polarização regional. Neste sentido, o que ocorre é que a concentração espacial continuaria por alguns anos, até que esses centros adquirissem escala capaz de

induzir a formação de novas descentralizações. A relação estabelecida entre geração de empregos e exportação pode ser encontrada em Souza (1999), onde os produtos a serem exportados, nos quais há vantagens comparativas, são de tecnologias mais simples e que incorporam maiores proporções de trabalho (fator mais abundante).

A concentração de indústrias em regiões mais industrializadas faz aumentar as desigualdades regionais, enquanto que a produção para exportação, incorporando tecnologias de trabalho mais intensivo, corresponde a atividades que se concentram de preferência em regiões periféricas. Estas indústrias crescem rapidamente, aumentando a capacidade de importação do país e criando empregos nas regiões mais pobres, reduzindo as desigualdades pessoais e regionais da renda (Souza, 1999).

Método

• Delimitação, delineamento, técnicas de coleta, análise e interpretação

O presente estudo se caracteriza pela produção de conhecimento do geral para o particular e do particular para o geral, tratando-se do emprego do método dedutivo e indutivo, essencialmente qualitativo, por meio do estudo de caso das regiões do Extremo-Oeste catarinense e Noroeste gaúcho, com nível de análise do tipo exploratória, apoiada por investigação de dados secundários (análise documental), realizado no período de Setembro de 2006 a Janeiro de 2008.

Para Yin (2001), o estudo de caso traz como contribuição a compreensão de fenômenos individuais, pois permite ao pesquisador preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, como mudanças ocorridas em regiões urbanas. Neste sentido, Chizzotti (1998) argumenta que o caso deve ser uma referência significativa para merecer a investigação e apto para fazer generalizações similares, ou autorizar inferências em relação ao contexto da situação analisada.

Na exploração do tema utilizou-se pesquisa bibliográfica e documentação temática. Na primeira fase, pesquisou-se a literatura pertinente para fundamentação teórica (Godoy, 1995[a]; Godoy, 1995[b]; Godoy, 1995[c]). Na segunda fase, para realizar o estudo de caso (Yin, 2001), utilizou-se



a análise documental, ou seja, relatórios da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX e CIN/FIESC, apoiados por documentos complementares (SECEX, 2006 e 2007; FIESC, 2006; CIN, 2006).

Na perspectiva de Severino (2002), a documentação temática coleta elementos relevantes para a realização de um trabalho em particular, em uma determinada área, técnica esta utilizada em função da estrutura do conteúdo da área estudada ou do trabalho em realização. Conforme Yin (2001), as informações documentais são relevantes a todos os tópicos do estudo de caso. Este tipo de informação pode ser encontrado em correspondências, relatórios, documentos administrativos, estudos ou avaliações feitas do mesmo local de estudo, artigos e jornais.

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (Minayo *et al.*, 1994; Bardin, 1977). As funções da análise de conteúdo são encontrar respostas para as questões formuladas e descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos (Minayo *et al.*, 1994; Patton, 2001). Como limitações, o estudo possui aplicações às regiões foco do estudo, investigadas de Setembro de 2006 a Janeiro de 2008, onde os resultados identificados não necessariamente se aplicam a outros casos, em outros momentos.

Caracterização das regiões foco do estudo

• Rio Grande do Sul e Santa Catarina: caracterização da formação econômica

A ocupação da América pelos europeus tinha como principal objetivo o da exploração de riquezas comerciais. Ora, como não as havia inicialmente no território do Rio Grande do Sul, o Estado ficou esquecido por mais de um século, sem despertar interesse nos europeus (Brum, 1988). Ainda, para o mesmo autor, a ocupação do território gaúcho inicialmente apresenta alguns ciclos econômicos, destacando-se: o ciclo da exportação de couro, sebo e crina (fins Séc. XVII e XVIII); o ciclo do charque (principal produto da economia regional, Séc. XVIII e início do Séc. XIX); o ciclo da exportação de mueres, eqüinos e gado em pé, no início do Séc. XVIII até às primeiras décadas do Séc. XX e o ciclo da erva-mate (Séc. XIX e XX).

No entanto, Fonseca (1983) afirma que a partir da metade

do Séc. XIX, a economia charqueadora, que era a principal fonte de renda da Província Rio-Grandense, começou a enfrentar sucessivas crises. Esta economia passou a ser principalmente baseada na demanda de produtos exportadores de um ou dois produtos (charque e couro) e também para uma reorientação de uma economia policultora, com ênfase no mercado local.

O final do Séc. XIX foi o período de «nascimento e florescimento do capitalismo» no Rio Grande do Sul.

No entender de Rocha (1999), após a Proclamação da República (1889), com a política republicana, a nova realidade causou rupturas entre as antigas classes políticas do Estado, dividindo-as em duas facções: a do Partido Republicano, ligado aos novos interesses do governo, com um discurso progressista e empreendedor, e o Partido Federalista, que mais tarde se transformaria em Partido Libertador, defensor dos interesses dos estancieiros sulinos. No entanto, além de uma ruptura de divergências ideológicas e políticas, também gerava conflitos para os projetos econômicos ligados ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O projeto econômico do Partido Republicano direcionava-se para a região Norte do Estado, com o explícito intuito de diversificar a produção primária do Rio Grande do Sul, com a produção agrícola baseada na policultura.

Com a produção agrícola dos imigrantes europeus que chegaram a partir da metade do Séc. XIX para a região norte do Estado, e que foram considerados por Becker (1992) como «novos agentes» produtivos, surgiu uma nova relação econômica do Rio Grande do Sul, com uma forma tipicamente capitalista de produção, baseada na relação trabalho-capital, com a utilização de estratégias de lucro, até então não praticadas como forma principal nas atividades pecuárias do Estado.

A partir de então, com a colonização principalmente alemã e italiana criou-se uma economia fortemente baseada na lavoura e pecuária no centro e norte do Estado do Rio Grande do Sul, ao passo que na região sul ainda persiste a economia fundamentada na criação extensiva e em grande escala, conforme afirma Singer (1977). Para Fonseca (1983), esses fatos acarretaram uma série de mudanças, tanto a

níveis econômicos, sociais, tecnológicos e políticos no contexto histórico do Rio Grande do Sul. Segundo o autor, o final do Séc. XIX foi o período de «nascimento e florescimento do capitalismo» no Rio Grande do Sul.

A gênese da economia catarinense, compreendida entre os anos de 1850 a 1950, também teve grande contribuição dos imigrantes que iniciaram o processo de desbravamento daquelas terras, o que gerou uma economia baseada na agricultura e pecuária de subsistência além da industrialização. Em síntese, a tecnologia provinda dos imigrantes, essencialmente alemães e italianos, foi a grande e sólida base na qual se alicerçou o modelo econômico catarinense, tal como hoje é conhecido (Renk, 1991).

Ainda de acordo com este autor, foi no período que permeia 1950-60, que ocorreu uma verdadeira diversificação e ampliação da base econômica catarinense com novos setores como o de papel, papelão, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte, um surgimento resultante da metamorfose do capital mercantil para o industrial.

• O Extremo-Oeste catarinense

A Região do Extremo-Oeste catarinense, quanto ao aspecto pecuário e agrícola, caracteriza-se pela predominância de pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada, fruto da vinda de imigrantes italianos, em sua maioria. O desenvolvimento econômico dessa região está diretamente relacionado ao setor primário, particularmente o agropecuário, tendo a sua economia sustentada basicamente pela atividade agrícola e pela transformação dos seus produtos, conferindo-lhe um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário. Os pequenos produtores concorrem em grande parte para a geração desses produtos, pois, em 1995, 75,19% dos estabelecimentos rurais da região estavam situados na faixa entre menos de 10 e menos 20 hectares. Isto demonstra a importância do Setor Agropecuário para ocupação da mão-de-obra regional (Veloza *et al.*, 2005).

A produção agrícola da região é desenvolvida na forma de sistemas diversificados, onde cada exploração desempenha um papel específico interagindo com as demais. A produção de milho continua sendo a principal cultura, com uma

safrinha anual de 178 574 toneladas, seguida pela cana-de-açúcar com 50 400, a mandioca com 30 385 toneladas e o fumo com 10 911 toneladas. Na região Oeste catarinense, a produção de madeira em tora proveniente do extrativismo vegetal sofreu um acentuado recuo. No segmento silvicultura tem maior participação a produção de lenha, seguida de madeira em tora para finalidades diversas (movelaria [mobiliário], construção civil). A região apresenta ainda um grande potencial em relação à produção de leite e um crescimento considerável da indústria de laticínios, sendo uma das principais regiões produtoras de leite no Estado. A produção leiteira tem grande importância para a economia regional (Veloza *et al.*, 2005).

Os trabalhadores no campo também desenvolvem importante atividade relacionada à criação de frangos de corte, gado leiteiro e bovino de corte, seguido pela suinocultura e piscicultura (Borchardt, 2003). No entanto, a avicultura, junto com a produção de milho, compõe um dos principais sistemas de produção desenvolvidos na região (Veloza *et al.*, 2005).

Historicamente, a exploração do Oeste catarinense deu-se a partir da delimitação fronteiriça entre Brasil e Argentina efetuada pelo presidente Cleveland (EUA), em 1885. As fazendas de criação e exploração da erva-mate da época formaram a base econômica das pessoas que ali se instalavam. A colonização do Oeste expandiu-se após a Guerra do Contestado¹, onde a expansão agrícola do Noroeste gaúcho foi responsável pela intensificação e avanço no interior catarinense (Santos, 1998; Fligenspan, 2000).

Os empresários que começaram a se instalar na região, em maioria imigrantes italianos e ítalo-brasileiros, obtiveram concessões de terras para promover a colonização. A companhia construtora da estrada de ferro ao longo do Rio do Peixe, comercializava as terras que havia recebido como pagamento pela construção. Aumentou o fluxo de pessoas e observou-se a formação de colônias. Estas comunidades desempenharam um papel de pólos de desenvolvimento regional, a partir das sedes municipais criadas a partir de 1917 (Santos, 1998; Radin *et al.*, 2003).

A colonização levou consigo o sistema de competição e busca pelo lucro. Não mais importava que os sertanejos fossem os responsáveis pelo desbravamento oestino, mas impor-



tava a exploração dos recursos florestais e cultivar o solo agressivamente. As cheias do Rio Uruguai eram as vias pluviais das primeiras exportações extremo-orientais, onde as madeiras desciam rio abaixo até a Argentina, em forma de balsas (Santos, 1998; Radin *et al.*, 2003).

Ainda conforme Santos (1998), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) criou oportunidades para a comercialização de madeira, especificamente pinheiro-do-paraná. Os preços internacionais subiam vertiginosamente. Como consequência, serrarias se espalharam por toda parte. As terras adquiridas ao governo eram exploradas, primeiro, em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos para produzirem suas culturas.

A agricultura do milho e criação de suínos abriu perspectivas para o Oeste se firmar como área fornecedora de alimentos. A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, atravessando o solo catarinense entre Porto União e Marcelino Ramos facilitava o alcance de mercados fora do Estado (Santos, 1998).

Diversos frigoríficos, atualmente com prestígio nacional e internacional, tiveram como origem a região Oeste. As exportações de carnes, iniciadas a partir de 1975, passaram a ser responsáveis por mais de 13% das exportações catarinenses no final dos anos 1980 (Santos, 1998).

• **Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul**

A região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul possui, como principal atividade, produtos que estão relacionados à cadeia produtiva do agronegócio, segundo Evangelista e Rambo (2007), caracterizada pela produção de insumos para o setor primário, agroindustrial e distribuição e logística. Entre inúmeras agroindústrias da região destacam-se os complexos produtivos dos setores classificados como «antes da porteira», «dentro da porteira» e «fora da porteira».

Como atividades caracterizadas «antes da porteira», destacam-se a produção metal-mecânica, assistência técnica, assistência creditícia, instituições de ensino, pesquisa e extensão e produção de matérias-primas. No que tange aos aspectos «dentro da porteira», esses são identificados pela produção agrícola ou pecuária, tratos culturais, alimentação

e manejo. No entanto, na atividade «fora da porteira» destacam-se as atividades agroindustriais e comerciais.

Entre inúmeras agroindústrias da região, destacam-se os complexos agroindustriais de empresas públicas e privadas, como moinhos, cerealistas, frigoríficos e abatedouros (de aves, suínos e bovinos), agroindústrias de derivados de leite (beneficiamento e industrialização), agroindústrias de conservas (doces, geléias, condimentos e pickles), agroindústrias de vinhos, sucos, aguardente e derivados de cana-de-açúcar.

A Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul reúne 20 municípios circunvizinhos, com uma área de 4689 km², que representa 1,74% da área do Estado do Rio Grande do Sul. A população é de aproximadamente 210 mil habitantes, representando 2,0% do total do Estado. A densidade demográfica da região tem uma média de 44,78 hab/km, conforme dados do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Fronteira Noroeste.

O agronegócio da Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul é caracterizado pelas indústrias que processam ou beneficiam produtos oriundos do setor primário, sejam eles agrícolas ou pecuários. Entre as inúmeras agroindústrias da região destacam-se: os complexos agroindustriais de empresas públicas e privadas, como moinhos, cerealistas, frigoríficos e abatedouros (de aves, suínos e bovinos); agroindústrias de derivados de leite (beneficiamento e industrialização); agroindústrias de conservas (doces, geléias, condimentos e pickles); agroindústrias de vinhos, sucos, aguardente e derivados de cana-de-açúcar. Existe também uma grande quantidade de outras indústrias consideradas no *agribusiness* ao longo da cadeia produtiva do agronegócio, como as indústrias do vestuário, a moveleira [mobiliário] e a metal-mecânica, todas com forte atuação na região.

Apresentação e discussão dos resultados

• **Caracterização das exportações gaúchas**

e catarinenses e participação das empresas locais

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2007), o volume de exportações brasileiras em 2007 foi de 160,6 bilhões [mil milhões, na designação europeia] de dólares, contra 137,8 bilhões de dólares em 2006. As principais exportações foram destinadas

aos seguintes países: EUA (15,60%); Argentina (8,97%); China (6,69%); Países Baixos (5,50%); Alemanha (4,49%); Venezuela (2,94); Itália (2,78%); Japão (2,69%); Chile (2,65%) e México (2,65%). Os dez maiores importadores brasileiros representam 54,96% de todo o volume comercializado.

Os principais produtos exportados em 2007 foram: óleos brutos de petróleo (5,54%); minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (4,43%); outros grãos de soja, mesmo triturados (4,17%); outros aviões/veículos aéreos (2,34%); minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (2,14%); café torrado, não descafeinado, em grão (2,10%); automóveis com motor explosão (1,96%) e açúcar-de-cana, em bruto (1,95%). Cabe ressaltar ainda que, em 2007, as exportações de produtos industrializados (semi-manufaturados e manufaturados) representaram 66,0%, produtos básicos 32,1% e operações especiais 1,9%.

No entanto, os setores de exportação foram assim distribuídos em 2007: bens de capital (bens de capital, equipamentos de transporte de uso industrial) 14,93%; bens intermediários (alimentos e bebidas destinados à indústria, insumos industriais, peças e acessórios de equipamentos de transporte e bens diversos) 55,91%; bens de consumo (bens de consumo duráveis e não duráveis) 19,08%; combustíveis e lubrificantes 8,22% e demais operações 1,87%.

Os principais destinos das exportações catarinenses em 2006, segundo a FIESC (2007), foram, em primeiro lugar, os EUA (com 32,03% das exportações); em seguida Argentina (13,10%); Holanda (10,85%); Alemanha (9,21%) e Japão (8,24%); para só citar os cinco principais destinos. Enquanto que, no Rio Grande do Sul, verifica-se que o destino das exportações estão assim distribuídas: EUA (14,96%); Argentina (9,33%); China (6,45%); Rússia (6,36%) e Chile (3,45%). No entanto, em 2007, as exportações gaúchas foram assim destinadas: EUA (11,80%); Argentina (9,86%); China (9,80%, que mais subiu); Rússia (5,00%) e Países Baixos (3,16%). Percebe-se que, em 2006, as exportações catarinenses estão concentradas em um país (EUA, com mais de 1/3), muito embora haja certa heterogeneidade em relação aos destinos, porém, com percentuais pouco expressivos, não se verificando essa concentração tão acentuada no Rio Grande do Sul.

Agora, se considerarmos as informações disponibilizadas

pela SECEX (2006), em relação aos principais destinos das exportações catarinenses, no período de Janeiro a Outubro de 2006, em primeiro lugar aparece os EUA (com 23,89% das exportações); em seguida Argentina (6,38%); Alemanha (4,66%); Rússia (4,44%) e Reino Unido (4,29%); para citar os cinco principais. Enquanto que, no Rio Grande do Sul, verifica-se que o destino das exportações estão assim distribuídas: EUA (14,96%); Argentina (9,33%); China (6,45%); Rússia (6,36%) e Chile (3,45%).

Considerando dados da FIESC (2007) no ano de 2007, as principais exportações catarinenses estão representadas pelos seguintes produtos: frangos, carnes e miudezas (com 29,06% das exportações); fumo (12,67%); motores e geradores elétricos (10,27%); suínos, carnes, carcaças e miudezas (7,57%); móveis de madeira (7,55%); e grãos de soja (7,38%). Conforme dados da SECEX (2007), as principais exportações gaúchas estão distribuídas pelos seguintes produtos: grãos de soja (10,69%); fumo n/manufaturado (8,48%); outros calçados (4,00%); pedaços e miudezas aves (3,70%) e outras carnes de suíno, congeladas (3,52%). Já em 2006, os principais produtos foram: fumo n/manufaturado (7,54%); outros calçados de couro natural (6,87%); grãos de soja (6,25%); outras carnes de suíno, congeladas (3,85%) e pedaços e miudezas de aves (3,73%).

Em Santa Catarina, dentre as cinco principais empresas exportadoras em 2006, a maior exportadora é a Perdigão Agroindustrial S/A (com 7,71% do valor total exportado – com base no indicador em US\$ FOB), seguida pela Seara Alimentos S/A (7,3%), Sadia S/A (6,67%), Embraco compressores S/A (6,09%) e WEG S/A (5,48%). Já em 2007, as principais exportadoras foram WEG S/A (com 7,27% do total exportado – US\$ FOB), seguida pela Multibrás S/A (6,11%), Perdigão Agroindustrial S/A (5,84%), Seara Alimentos S/A (5,79%) e Sadia S/A (5,07%), para citar as cinco principais empresas do *ranking* (FIESC, 2008).

Pelos dados disponibilizados, grandes oligopsonias² dominam o cenário exportador. Verificados os vinte e um principais municípios exportadores, não foi constatado nenhum município pertencente ao Extremo-Oeste catarinense. Porém, no Rio Grande do Sul, as maiores empresas exportadoras (2006 e 2007) foram: Bunge Alimentos S/A (5,82%); Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda (3,59%);



Doux Frangosul S/A (3,55%); Bianchini S/A Ind. Com. Agricultura (3,40%) e Alberto Pasqualini – REFAP S/A (3,37%). Dentre as vinte e cinco maiores empresas exportadoras gaúchas, três delas se destacam com parcela significativa na Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, são elas: AGCO do Brasil Com. e Industrial Ltda. e John Deere Brasil Ltda., ambas no setor metal-mecânico e a Alibem Comercial de Alimentos Ltda., no setor de carnes suínas.

• Atividades econômicas locais de exportação

Atualmente, dos dezoito municípios da região Extremo-Oeste catarinense, oito exportam: Mondai, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Guaraciaba, Palma Sola, Guarujá do Sul, São José do Cetro e Anchieta. As informações foram as disponibilizadas pelo portal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – SECEX (2006). Na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, dos vinte municípios, apenas nove exportam: Cândido Godói, Horizontina, Independência, Santa Rosa, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

Considerando o período do estudo, os principais produtos exportados no Extremo-Oeste catarinense estão assim representados: pedaços de galinhas e subprodutos (com 47,74% do total exportado); madeiras e subprodutos (26,38%); móveis de madeira e seus subprodutos (17,15%); carnes de suínos e subprodutos (4,57%); queijo mussarela (1,43%); tecidos sintéticos e subprodutos (1,06%); bananas (0,87%); tomates (0,71%); abacaxis (0,06%); batatas-doces (0,02%); e aparelhos elevadores, transporte de mercadorias (0,01%). Na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul (2006 e 2007), os principais produtos exportados foram: ceifas-debulhadoras (41,01%); outros tratores (17,11%); óleo de soja, em bruto, mesmo degomado (11,99%); outros grãos de soja, mesmo triturados (10,74%); partes de outras máquinas e aparelhagem para colheitadeira, debulha (4,77%); bagaços e outros resíduos sólidos para extração óleo de soja (3,21%) e outras carnes de suínos, congeladas (3,09%).

Percebe-se que a região do Extremo-Oeste catarinense confirma a participação na exportação pelo setor moveleiro, onde 43,53% do total das exportações provêm deste setor,

caracterizado por pequenas e médias indústrias moveleiras o que, de acordo com os preceitos desenvolvimentistas, vem a favorecer o desenvolvimento local na região em estudo. Por outro lado, a Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul se caracteriza por uma forte agroindústria metal-mecânica, representando 62,89% da economia regional, seguido pela agroindústria de extração de óleo vegetal com 13,95%.

• Principais países de destino das exportações locais em valor

De acordo com os dados disponibilizados pela SECEX (2007), o total das exportações da região do Extremo-Oeste catarinense é de US\$ 42 452 371,00. Os principais destinos das exportações extremo-oestinas são, respectivamente: Cingapura (US\$ 10 375 319,00), Reino Unido (US\$ 4 942 433,00), África do Sul (US\$ 3 709 761,00), Alemanha (US\$ 3 203 123,00), Hong-Kong (US\$ 3 095 333,00), EUA (US\$ 2 054 360,00), Países Baixos – Holanda (US\$ 1.885.799,00), e Finlândia (US\$ 1.155.507,00).

Conforme informações da SECEX (2007), o total de exportações da região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul foi de US\$ 181 684 884,00 em 2006 e US\$ 445 274 159,00 em 2007. Sendo que os principais destinos das exportações foram em 2007 para os seguintes países: Argentina (US\$ 172 624 845,00); Paraguai (US\$ 33 419 471,00); Irã (US\$ 25 353 674,00); Venezuela (US\$ 20 076 880,00); Rússia (US\$ 17 390 331,00); Tailândia (US\$ 13.900.000,00).

Considerações finais

O estudo revelou que as empresas locais, por se caracterizarem como pequenas e médias indústrias, não figuram entre os principais exportadores catarinenses, devido a estes serem grandes exportadores em um contexto nacional e internacional. Há também o fator cultural das empresas locais estarem voltadas para o comércio local. Por outro lado, verifica-se na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, uma maior diversificação do setor agroindustrial, principalmente com empresas de médio-grande porte no setor metal-mecânico, além de uma considerável quantia de cooperativas agropecuárias que atuam no local.

As duas regiões apresentam problemas com características semelhantes, como a questão da logística (linha de fronteira), que é uma variável que pode estar impedindo o desenvolvimento e o crescimento local, além da distância geográfica que possibilite acesso aos portos marítimos.

As principais atividades de exportação da região do Extremo-Oeste Catarinense concentram-se no setor moveleiro (43,53% do total exportado) e os principais destinos são: Cingapura, Reino Unido, África do Sul, Alemanha, Hong-Kong, EUA, Países Baixos (Holanda) e Finlândia. Já na região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul o agronegócio é preponderante, principalmente no setor «antes da porteira» com uma indústria metal-mecânica muito forte, representando 62,89% da economia regional, sendo seguida pela agroindústria de extração de óleo vegetal com 13,95%.

O setor alimentício (carnes), principalmente a de suínos, nas pequenas e médias agroindústrias, favorece o desenvolvimento local, em função de ter como origem a produção e logística de distribuição nos municípios das regiões tanto do Extremo-Oeste Catarinense, como na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.

Novas pesquisas são sugeridas para identificar os motivos pelos quais os empresários locais não procuram informações sobre exportação e oportunidades nos mercados exteriores.

Percebe-se que as principais dificuldades encontradas pelos empresários do setor agroindustrial, principalmente os de pequeno porte, referem-se à colocação de seus produtos no mercado externo, com o desconhecimento da tramitação legal, fiscalização, barreiras tarifárias impostas por alguns países, além da flutuação do câmbio. Mas acredita-se que a solução deva ser a de formação de associações de produtores e empresários do setor agroindustrial para comercializarem seus produtos industrializados em conjunto e com uma marca própria ou não.

Ao se analisar as regiões Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul e Extremo-Oeste de Santa Catarina, verifica-se que ambas apresentam problemas com características semelhantes, como, por exemplo, a questão da logística (linha de fronteira), que é uma variável que pode estar impedindo

o desenvolvimento e o crescimento local, além da distância geográfica que possibilite acesso aos portos marítimos. Pelo que se percebe também, ambas as regiões possuem semelhanças quanto à estrutura fundiária, produção agropecuária e tamanho das agroindústrias, classificando-se na formação de um pólo, onde é visível a concentração de um grande número de empresas atuando em um segmento de produtos.■

Notas

1. A Guerra do Contestado foi um conflito armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre Outubro de 1912 a Agosto de 1916, numa região rica em erva-mate e madeira disputada pelos estados brasileiros do Paraná e de Santa Catarina. (N.E.)

2. É uma situação onde existem poucos compradores com poder de mercado, os oligopsônios, e inúmeros vendedores. É inverso ao caso do oligopólio, onde existem apenas alguns vendedores com poder de mercado (oligopólios) e vários ou muitos compradores. (N.E.)

Referências bibliográficas

- AMATO NETO, J. (2000), **Redes de Cooperação Produtiva e Clusters Regionais: Oportunidades para Pequenas e Médias Empresas**. Atlas, São Paulo.
- ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T. e CARVALHO, A. B. (2000), **Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável**. Makron Books, São Paulo.
- BARDIN, L. (1977), **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa.
- BARQUERO, A. V. (1999), **Desarrollo, Redes, Innovación**. Pirámide, Madrid.
- BATALHA, M. O. (org.) (2001), **Gestão Agroindustrial**. Vol. 1, Atlas, São Paulo.
- BECKER, D. F. (1992), «A Economia Política do Arroz». Tese de Doutorado. Unicamp, São Paulo.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. e ABRAMOVAY, R. (2004), «Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais». **Nova Economia**, vol. 14, n.º 3, FACE-UFMG, Belo Horizonte, Brasil, Set.-Out., pp. 35-70. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/su-marios/v14n3/140302.pdf>>. Acesso em 13/Out/2006.
- BENITEZ, A. A. (2000), «Gestión soutenable et proximité des ressources naturelles: le cas de l'agriculture de dehesa en Andalousie». Tese Doutorado – Formation Doctorale d'Économie Appliquée INRA-Grenoble, Université Pierre Mendès-France, Grenoble, França, 1994. Disponível em: <<http://www.grenoble.inra.fr/Docs/pub/Theses/AVILES.pdf%20>>. Acesso em 15/Set/2007.
- BERTRAND, F. (2004), «Planification et développement durable: ver de nouvelles pratiques d'aménagement régional? L'exemple de deus régions françaises, Nord-Pas-de-Calais et Midi-Pyrénées». Tese Doutorado – École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société, Université François Rabelais-Tours, França, 2004. Disponível em: <http://tel.archives-ouvertes.fr/action/open_file.php?url=http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/06/58/28/PDF/The-se_FB_complete.pdf&docid=65828>. Acesso em 12/Jun/2007.
- BÖRCHARDT, I. (2003), **Diagnóstico da Exclusão Social em**



Santa Catarina: Mapa da Fome. SDS/Instituto CEPA/SC, Florianópolis.

BRUM, J. (1988), **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja.** Vozes, Petrópolis.

BRUM, J. (2007), «O agronegócio no contexto do desenvolvimento do Noroeste gaúcho: alguns elementos para debate». In V. R. Dallabrida e P. L. Büttendender (org.), **Gestão, Inovação e Desenvolvimento: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste.** Edunisc, Santa Cruz.

BRUNET, F. (2005), «Acteurs publics, entreprises et développement durable». Dissertação Master – Master Géographie – Politiques Territoriales de Développement Durable, Université du Maine, Le Mans, França. Disponível em: <<http://www.altamire.com/Acteurs-PublicDD0905.pdf>>. Acesso em 13/Out/2006.

CASAROTTO FILHO, N. e PIRES, L. H. (2001), «Competitividade global para as pequenas empresas e desenvolvimento local». In C. Siebert (org.), **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina.** Edifurb, Blumenau.

CASAROTTO FILHO, N. e PIRES, L. H. (1998), **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local. Estratégias para a Conquista da Competitividade Global com Base na Experiência Italiana.** Atlas, São Paulo.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2006). *Naciones del desarrollo y su fundamentación teórica. Aposfila (Aperfeiçoamento-Elementos básicos de gestão estratégica para el desarrollo local y regional).* Instituto Latino Americano y del Caribe de Planificación Económica y Social, Santiago de Chile, Chile. Disponível em <<http://moodle.eclac.cl/mod/lesson/view.php>>. Acesso em 11/Mai/2006.

CHIZZOTTI, A. (1998), **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 3.º ed., Cortez, São Paulo.

CIN, Centro Internacional de Negócios, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2006). **Diagnóstico do Setor Exportador Catarinense.** FIESC, Florianópolis.

COELHO, C. N. (2004), «Os caminhos do Agronegócio Brasileiro». Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/economia/agric/caminhos/apresent.htm>. Acesso em 20/Mai/2004.

DALLABRIDA, V. R. et al. (2007), «Estratégias de gestão do processo de desenvolvimento: diagnóstico e análise sobre a Região Fronteira Noroeste-RS». In V. R. Dallabrida e P. L. Büttendender (org.), **Gestão, Inovação e Desenvolvimento: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste.** Edunisc, Santa Cruz.

DORNELAS, J. C. A. (2001), **Empreendedorismo: Transformando Idéias em Negócios.** Campus, Rio de Janeiro.

DOWBOR, L. (2003), **Articulando Emprego, Demanda e Crescimento Econômico.** Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 14/Out/2006.

DOWBOR, L. (2006), **Redes de Apoio ao Desenvolvimento Local: Uma Estratégia de Inclusão Produtiva.** Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 14/Out/2006.

EVANGELISTA, M. L. e RAMBO, J. A. (2007), «Cenários e perspectivas para arranjos produtivos locais do agronegócio da Região Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul». In V. R. Dallabrida e P. L. Büttendender (org.), **Gestão, Inovação e Desenvolvimento: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste.** Edunisc, Santa Cruz.

ETGES, V. E. (org.) (2001), **Desenvolvimento Rural: Potencialidades em Questão.** Edunisc, Santa Cruz do Sul.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2006), **Santa Catarina em Dados.** Vol. 16, FIESC, Florianópolis.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2008), **Diagnóstico do Setor Exportador Catarinense.** FIESC, Florianópolis.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2008), **Santa Catarina em Dados.** Vol. 17, FIESC, Florianópolis.

FLIGENSPAN, F. B. (org.) (2000), **Economia Gaúcha e Reestruturação nos Anos 1990.** FEE, Porto Alegre.

FONSECA, P. C. D. (1983), **RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha.** Mercado Aberto, Porto Alegre.

GALVÃO, O. J. A. (2004), **Clusters e Distritos Industriais: Estudos de casos em Países Selecionados e Implicações Políticas.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21.html>. Acesso em 19/Mai/2004.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor (2005), **Empreendedorismo no Brasil.** Relatório executivo. SEBRAE, PUC/PR, FIEP, IBQP, Curitiba, Brasil. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/6A591EF71804C28003257132006C8E5B/\\$File/NT000AF176.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/6A591EF71804C28003257132006C8E5B/$File/NT000AF176.pdf)>. Acesso em 13/Out/2006.

GLAT, D. (2004), «O crescimento, as mudanças e os desafios do agronegócio». *Revista Pionner*, Ano IX, n.º 18, pp. 6-7.

GODOY, A. S. (1995)[a], «A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas». *Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, n.º 4, Mar./Abr.

GODOY, A. S. (1995)[b], «Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades». *Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, n.º 2, Mar./Abr.

GODOY, A. S. (1995)[c], «Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais». *Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, n.º 3, Mar./Abr.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. e CARVALHO, C. A. (2005), **Universidades e Desenvolvimento Local.** Sagra Luzzatto, Porto Alegre.

JOYAL, A. (1996), «Milieu innovateur, développement local et PME québécoises innovantes». Disponível em: <<http://neumann.hec.ca/airepme/pdf/1996/R%20Joyal.pdf>>. Acesso em 14/Out/2006.

LAUSCHNER, R. (1993), **Agribusiness, Cooperativa e Produtor Rural.** Unisinos, São Leopoldo.

LLORENS, F. A. (2001), **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política.** BNDES, Rio de Janeiro.

NEVES, E. M. et al. (1991), «A economia de mercado e o planejamento da empresa agrícola: desafios para a década de 90». *Revista ADEALQ*, Piracicaba, Brasil, 14, pp. 15-19.

MARTINELLI, D. P. e JOYAL, A. (2004), **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas.** Manole, Barueri, São Paulo.

MINAYO, M. C. S. et al. (1994), **Pesquisa Social.** Vozes, Petrópolis.

Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1998), *Dados online.* Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 15/Jan./2008.

MONTOYA, M. A. (2002), **O Agronegócio Brasileiro e da Região Sul: Dimensão Econômica e Tendências Estruturais.** UPF, Passo Fundo.

NORTH, D. (1977), «Teoria da localização e crescimento econômico regional». In J. Schwartzman (org.), **Economia Regional: Textos Escolhidos,** Cedeplar, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, F. (2006), «Aproximações ao enigma: o que quer dizer

desenvolvimento local?». Disponível em <<http://www.polis.org.br/download/46.pdf>>. Acesso em 13/Nov./2006.

PAIVA, C. A. N. (2004), **Como Identificar e Mobilizar o Potencial de Desenvolvimento Endógeno de uma Região?**. FEE, Porto Alegre.

PATTON, M. Q. (2001), **Qualitative Research and Evaluation Methods**. 3.º ed., Sage Publications Inc., Thousand Oaks.

PINTO, L. (2007), «Agronegócio brasileiro e mercados globalizados». Disponível em <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=52>. Acesso em 25/Abr/2007.

PORTER, M. (1989), **A Vantagem Competitiva das Nações**. Campus, Rio de Janeiro.

RADIN, J. C.; BENEDET, J. H. e MILANI, M. L. (2003), **Facetas da Colonização Italiana: Planalto e Oeste Catarinense**. Unoes, Joaçaba.

RENK, A. (1991), **Questões sobre a Imigração Urbana e o Êxodo Rural em Chapecó**. FUNDESC/Dep. de História, Chapecó.

ROCHA, J. M. (1999), «As raízes da crise da 'Metade Sul' – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do Rio Grande do Sul». Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc.

SACHS, I. (2002)[a], **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Garamond, Rio de Janeiro.

SACHS, I. (2002)[b], **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. SEBRAE, Brasília.

SACHS, I. (2001), «O papel da micro e pequena empresa no desenvolvimento regional». In C. Siebert (org.), **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina**, Edifurb, Blumenau.

SANTOS, S. C. (1998), **Nova História de Santa Catarina**. 4.º ed., Terceiro Milênio, Florianópolis.

SECEX. Secretaria de Comércio Exterior (2006 e 2007), «Estatísticas e indicadores: balança comercial brasileira por município».

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, Brasil. Disponível em http://www.portaldosexportador.gov.br/index.asp?Principal=indicadores_brasil.asp&Esquerda=indicadores>. Acesso em 18/Nov./2007.

SEN, A. (2000), **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo.

SEVERINO, A. J. (2002), **Metodologia do Trabalho Científico**. 22.º ed., Cortez, São Paulo.

SINGER, P. (1977), **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Uma Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. 2.º ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo.

SOUZA, N. J. (1980), **Conceito e Aplicação da Teoria da Base Econômica. Perspectiva Econômica**. Unisinos, vol. 10, n.º 25, pp. 117-130, Mar., São Leopoldo.

SOUZA, N. J. (2002), «Vantagens comparativas, abertura comercial e crescimento da produção e do emprego dos Estados Brasileiros, 1991/1998». Texto para Discussão n.º 21, NEP/PUCRS, Porto Alegre.

SOUZA, N. J. (1999), **Desenvolvimento Econômico**. 4.º ed., Atlas, São Paulo.

SPEROTTO, L. T. (2003), «O desenvolvimento econômico da região Noroeste do RS». Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 205.

VELOZO, S. et al. (2005), «Diagnóstico da Região de São Miguel do Oeste». *Projeto Meu Lugar*. PNUD/SDR São Miguel do Oeste.

WREN, D. (1994), **The Evolution of Management Thought**. 4.º ed., John Wiley & Sons, Toronto.

YIN, R. (2001), **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2.º ed., Bookman, Porto Alegre.

ZAPATA, T. et al. (2005), **Desenvolvimento Local: Trajetórias e Desafios**. IADH, Recife.